

O CAPITAL DE MARX: NOTAS DISSONANTES DO SEGUNDO VIOLINO

MARX'S CAPITAL: DISSONANT NOTES OF THE SECOND VIOLIN

Francisco J.S. TEIXEIRA
Professor da Universidade Regional do Cariri.
E-mail: francisco.teixeira@urca.br

Rodrigo Cavalcante de ALMEIDA
Professor do Instituto Federal do Ceará.
E-mail: rodrigo.cavalcante@ifce.edu.br

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo fazer uma crítica do processo de editoração que Engels faz do livro III de *O Capital*, assim como da sua interpretação da teoria do valor de Marx. No que se refere ao processo de edição do livro III, apesar da inegável importância da sua publicação, permitindo que a teoria de Marx não ficasse restrita apenas ao campo da produção capitalista, mas se articulasse como unidade de produção/circulação e formas concretas do processo global, o resultado foi a escrita de um livro que em grande medida se desvia do esboço e projeto de Marx, com inúmeras alterações, supressões, criação de títulos, tópicos, reelaborações de parágrafos, enfim, dando um caráter de obra acabada ao que se encontrava em processo de elaboração. E, no que tange a leitura que Engels faz da teoria do valor de Marx, o problema é ainda maior. Para tentar responder os críticos da teoria marxiana do valor, o segundo violino (Engels) acaba por desfigurá-la, atribuindo validade a essa teoria a uma sociedade mercantil pré-capitalista, não compreendendo, portanto, o método que Marx desenvolve em *O Capital*, a partir de uma noção de totalidade que articula níveis diferentes de abstração num todo orgânico e contraditório, numa unidade entre dialética e história.

PALAVRAS-CHAVES: O Capital, Teoria do Valor, Totalidade, História, Dialética.

ABSTRACT:

This article aims to critique Engels' editing process of book III of *Capital*, as well as his interpretation of Marx's theory of value. In what concerns the editing process of book III, despite the undeniable importance of its publication, allowing Marx's theory not to be restricted only to the field of capitalist production, but to be articulated as a unit of production/circulation and concrete forms of the global process, the result was the writing of a book that largely deviates from Marx's sketch and project, with numerous alterations, deletions, creation of titles, topics, reworking of paragraphs, in short, giving the character of a finished work to what was in the process of being elaborated. And, with regard to Engels' reading of Marx's theory of value, the problem is even greater. In order to try to answer the critics of

Marx's theory of value, the second violin (Engels) ends up disfiguring it, attributing validity to this theory to a pre-capitalist mercantile society, not understanding, therefore, the method that Marx develops in *The Capital*, from a notion of totality that articulates different levels of abstraction in an organic and contradictory whole, in a unity between dialectics and history.

KEYWORDS: Capital, Theory of Value, Totality, History, Dialectics.

1. A PRODUÇÃO DO MAIS-VALOR E A TROCA JUSTA

1.1. INTRODUÇÃO

Deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual.

Karl Marx

Durante toda a minha vida tenho feito aquilo para que fui talhado: ser um segundo violino – e creio que me tenho saído muito bem nesta função. Eu sou feliz por ter tido um maravilhoso primeiro violino: Marx.

Friedrich Engels

Dos três Livros que compõem *O Capital* de Karl Marx, apenas o primeiro volume foi publicado quando seu autor ainda era vivo; uma primeira edição em 1867, uma segunda, em 1872. Os livros II e III, editados por Engels, só viriam a público muito tempo depois. O livro II, em 1885; o livro III ainda teve de esperar por quase 10 anos: surge em 1894.

Numa carta dirigida a Siegfried Meyer, de abril de 1867, Marx parecia bastante animado, como deixa transparecer nessa correspondência, na qual fala sobre o estado em que se encontrava seu trabalho. É com ironia que se desculpa pelo tempo que passou para responder ao amigo. “Por que não lhe respondi?”, pergunta Marx, para, em seguida, se justificar: “Porque durante todo esse período eu estava com o pé na cova (...). Rio-me das pessoas pretensamente ‘prática’ e da sua sabedoria. Se se deseja comportar-se como um animal, pode-se evidentemente voltar as costas aos tormentos da humanidade e preocupar-se apenas com a própria pele”. Isso que Marx acaba de expressar é apenas para dizer a Meyer que “se consideraria realmente como não prático se morresse sem ter terminado meu livro, pelo menos o manuscrito”.

No parágrafo seguinte, informa ao seu interlocutor que “o volume I da obra aparecerá dentro de algumas semanas, pela editora de Otto Maissner, de Hamburgo. Seu título: *O Capital. Crítica da Economia*

Política. Para trazer pessoalmente o manuscrito, vim à Alemanha, onde estou passando alguns dias em casa de um amigo, em Hannover, a caminho para Londres” (MARX, 2020, p.199).

Marx tinha esperança de que “dentro de um ano, a obra toda [estaria] publicada”, isto é, os três livros de *O Capital*, mais um quarto volume dedicado à pesquisa das teorias sobre Economia Política e que veio a público somente no começo do século XX, com o título *Teorias da Mais-Valia*.

A expectativa de Marx não se concretizou. Que Pena! Contra a sua vontade, não “morreu como um homem prático”. Mas isso por imposição de certas circunstâncias. A primeira delas, é a de que o autor de *O Capital* não teve tempo para dar um acabamento final aos outros dois livros (II e III). Seu agudo senso estético lhe exigia que somente deveria entregar seus escritos à impressão, quando os tivesse como um todo artístico acabado, como assim demonstra a feitura do Livro I, cuja elegância do estilo fazem dele uma verdadeira obra literária¹. Uma segunda razão é de natureza histórico-empírica. No apagar das luzes da década dos anos 70, do século XIX, Marx dizia que só poderia publicar o livro II e III, quando a crise da indústria inglesa atingisse seu ponto culminante. E por fim, uma razão de natureza fisiológica, sua precária e debilitada saúde recorrentemente interrompia o seu trabalho.

Mesmo assim, Marx deixou um amontoado de manuscritos, que Engels, após a morte de seu querido Mouro, utilizou-os para editar os livros II e III. Infelizmente, não pôde aplicar a esses dois livros o estilo e a beleza estética do livro I, por razões que serão conhecidas mais adiante.

Uma comparação entre os livros I e os outros dois (livros II e III) daria ao leitor uma boa ideia das diferenças que separam essas três obras. Mas um cotejo dessa natureza está fora de cogitação. Aqui não há espaço para uma empresa de tamanha monta. No entanto, valeria a pena ousar esboçar, em linhas gerais, o conjunto do livro I, deixando para o leitor a tarefa de, posteriormente, investigar e confrontar o resultado dessa ousadia com a arquitetura dada por Engels aos dois restantes livros da obra em seu todo.

Sem dúvida, trata-se de uma tarefa nada fácil para quem não tem conhecimento da totalidade de *O Capital* em seus momentos diferenciados e de como eles se entrelaçam num todo organicamente articulado. Contra essa desvantagem nada se pode fazer, a não ser prevenir o leitor de quão árduo é o trabalho que impõe a ciência a todos aquele que a ela se dedicam. De posse dessa advertência, não há mais o que esperar...

1.2. CONVERSÃO DAS LEIS DE PRODUÇÃO DE MERCADORIAS EM LEIS DE APROPRIAÇÃO CAPITALISTA

O livro I expõe o processo de produção do capital em sua totalidade, isto é, como unidade de dois momentos diferentes: aparência e essência. A aparência, como é de todos conhecidos, é a esfera da circulação, o mundo no qual os indivíduos existem uns para os outros apenas como “possuidores de mercadorias”. Se os indivíduos só existem como proprietários, a sociedade onde vivem se lhes apresenta como “o melhor dos mundos possíveis”, pois a percebem como o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham.

Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos (...). Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral. (MARX, 2013a, p.250-251).

É assim que as pessoas percebem esse mundo de todos os dias, não só porque se trata de um conhecimento adquirido sensorialmente (ver, sentir, tocar), mas porque esse é o aspecto fenomênico da realidade, produto espontâneo da práxis cotidiana. Com efeito, quando alguém fala do dinheiro, por exemplo, a única coisa que lhe vem à cabeça é que se trata de uma matéria, uma quantidade de papel ou moeda metálica, que lhe serve para adquirir os bens necessários à sua sobrevivência. Nem por um instante desconfia que o dinheiro é, antes de tudo, uma categoria econômica e social que expressa uma forma de relacionamento entre os homens e que, por isto, não é simplesmente matéria, é também uma forma social e, como tal, expressão de diversas relações de classes inseridas num modo de produção determinado. O dinheiro utilizado por um capitalista, por exemplo, para contratar trabalhadores, é muito diferente do dinheiro que os trabalhadores despendem para comprar os bens e serviços de que necessitam. No primeiro caso, o dinheiro é **capital**, pois o seu proprietário o gastou, pagando salários, para poder ganhar mais dinheiro; trata-se, portanto, de uma relação de exploração entre duas classes: capitalistas e trabalhadores. Por sua vez, o dinheiro que o trabalhador gasta na compra de roupa, calçados, comida, etc., é apenas um simples *meio de troca* com o qual adquire o que necessita para viver.

Disto ninguém sabe nem tampouco está preocupado em conhecer. É-lhe suficiente saber que o dinheiro é uma coisa útil porque dele todos os indivíduos se valem para comprar os produtos de que necessitam em seu dia a dia. Isso basta, é tudo que precisam saber! E é assim porque o mundo que se lhe apresenta ao pensamento lhe aparece como se fora a realidade tal como verdadeiramente ela o é. Por isso, ao final do capítulo IV, do livro I, Marx convida o leitor, para juntos “[abandonarem]” essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfolação. (MARX, 2013a, p.251).

E assim, o leitor é levado por Marx a abandonar aquela

esfera rumorosa, onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, e [acompanhar] os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção, em cuja entrada se lê: *No admittance except on business* [Entrada permitida apenas para tratar de negócios]. Aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado (MARX, 2013a, p.250).

No entanto, o segredo da criação do mais-valor, que começa a ser desvelado a partir do capítulo V, só será plenamente conhecido quando o leitor chegar ao capítulo XXII, do livro I. Somente aí, aquele mundo onde reinava exclusivamente liberdade, igualdade e propriedade, converte-se em seu contrário direto: a liberdade se transforma em não liberdade; a igualdade, em não igualdade; a propriedade, no direito de se apropriar do trabalho alheio não-pago.

Mas essa conversão não anula as garantias constitucionais, segundo as quais todos são iguais perante a lei e como tais lhes são garantidos a inviolabilidade do direito à liberdade, à igualdade e à propriedade, como regem todas as constituições burguesas?

A resposta é um rotundo não! Para Marx, a propriedade não é um roubo. E não o é porque “a lei da troca só exige igualdade entre os valores de troca das mercadorias que são alienadas reciprocamente. Ela exige até mesmo, desde o início, a desigualdade de seus valores de uso, e não guarda nenhuma relação com seu consumo, que só começa depois de o negócio estar concluído” (MARX, 2013a, p.660).

A justiça burguesa não é sequer arranhada com a produção do mais-valor, pois as transações que se realizam entre os agentes da produção derivam das leis de produção de mercadorias como uma consequência natural, como melhor será elucidado mais adiante. “As formas jurídicas”, diz Marx,

nas quais essas transações econômicas aparecem como atos de vontade dos envolvidos, como exteriorizações de sua vontade comum e como contratos cuja execução pode ser imposta às partes contratantes pelo Estado, não podem determinar, como meras formas que são, esse conteúdo. Elas podem apenas expressá-lo. Quando corresponde ao modo de produção, quando lhe é adequado, esse conteúdo é justo; quando o contradiz, é injusto. A escravidão, sobre a base do modo de produção capitalista, é injusta, assim como a fraude em relação à qualidade da mercadoria. (MARX, 2013c, p.386-387).

Por isso, Marx tem de explicar a produção do mais-valor sem que, para tanto, o capitalista tenha de se valer de trapaceas ou do roubo no sentido corrente da palavra. Muito pelo contrário, o mais-valor nasce como produto da troca como um ato perfeitamente legal, sem abolir as leis guardadas pelo direito penal, como se mostra a partir daqui.

1.3. O NEGATIVO DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.

Marx inicia o primeiro capítulo do livro I, abrindo as portas do mundo capitalista com o que há de mais conhecido de todas as pessoas: a mercadoria, como forma elementar em que aparece a riqueza de uma sociedade, na qual todos indivíduos se reconhecem mutuamente como donos de coisas das quais delas só abrem mão em troca de outras de igual valor. Num mundo assim, todos se julgam como iguais, pois se relacionam uns com os outros como proprietários de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Como proprietários, cada um dispõem apenas do que é seu e, assim, sentem-se livres para permutar entre si os produtos de seus trabalhos. É o verdadeiro Jardim do Éden dos direitos inatos do homem!

Se nesse Paraíso Terrestre a compra e a venda da força de trabalho, como qualquer outro tipo de intercâmbio comercial, obedecem ao princípio da equivalência, como se explica, então, o lucro e, conseqüentemente, o enriquecimento dos capitalistas? Não seria o lucro uma recompensa pelo suor que cada capitalista derramou, ao longo de várias gerações, para amealhar o seu valioso patrimônio? Aceitar tal pressuposto é o mesmo que imaginar que os trabalhadores também poderiam ter acumulado seu patrimônio da mesma forma como supostamente fizeram aqueles, para quem hoje vendem sua força de trabalho. Não é, pois, valendo-se desse tipo de argumento, cuja analogia com o mito da maldição bíblica é patente, que Marx explica a origem do lucro. Tampouco supondo que a troca entre capital e trabalho não obedece ao princípio da equivalência. Nada disso! Não é burlando o princípio de que a troca é sempre

troca de valores iguais, que o autor de *O Capital* demonstra que o salário se torna cada vez mais num meio miserável de ganhar a vida, se comparado com os lucros, que aumentam quanto mais gastam os capitalistas com a compra de meios de produção e de força de trabalho. Aí estão dadas as condições do problema. Hic Rhodus, Hic Salta!

A origem do lucro aparece para a Economia Política Clássica (EPC) como um verdadeiro enigma. Essa ciência, na figura de seus maiores expoentes – A. Smith e D. Ricardo –, viu-se confrontada com uma problemática que lhe aparecia sem solução: como explicar a troca entre capital e trabalho sem ferir o princípio da equivalência e, ao mesmo tempo, dessa igualdade, demonstrar como se origina o mais-valor, ou, em sua expressão fenomênica, o lucro.

Smith e Ricardo descobriram que a produção do mais-valor nasce da troca entre capital e trabalho. No entanto, não puderam compatibilizar essa troca com o princípio da equivalência. Mas isso, como diria Marx, é consequência necessária do método analítico com que empreenderam a crítica da economia (MARX, 1980c, p.1548) □.

Coube o autor de *O Capital* realizar o que a EPC jamais conseguiu decifrar: como da igualdade, da troca de valores iguais, surge a desigualdade, isto é: o mais-valor. É dessa aporia, em que se viram enredados Smith e Ricardo, que parte Marx para explicar a origem do mais-valor. Para tanto, não contrapõe àquela ciência uma teoria simplesmente diferente. Muito pelo contrário, divide com os economistas clássicos o mesmo pressuposto por eles assumido, isto é, de que o direito de propriedade se funda sobre o trabalho próprio. E tinha que se valer de tal pressuposição, pois, num mundo onde todos os indivíduos só existem como proprietários de mercadorias, cada um só poderá se apropriar das coisas alheias, mediante a alienação da sua própria propriedade. Por isso, diz Marx, de início:

esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era apenas a alienação [Veräußerung] de sua mercadoria própria, e está só se podia produzir mediante o trabalho (MARX, 2013a, p.659)

Mas, então, como demonstrar que a troca entre capital e trabalho se dá de acordo com o princípio da equivalência e que dessa igualdade nasce a desigualdade na apropriação da riqueza social? A resposta que se encontra em Marx está na exposição que ele faz da dialética interna do processo de acumulação. Essa dialética se encarrega de transformar aquele princípio (equivalência) em seu contrário direto; qual seja: a troca de não-equivalência. E isso acontece, nunca é demasiado ressaltar, sem que, nem por um instante, sejam anuladas as leis da troca de mercadorias, isto é, o referido princípio da equivalência.

Marx expõe esse revolucionamento da dialética interna das trocas de mercadorias nos capítulos XXI e XXII do Livro I de *O Capital*. Pressupondo a ideia, tão cara à filosofia liberal, de que, num passado remoto, a classe capitalista adquiriu sua propriedade com o suor do seu próprio rosto, Marx se pergunta o que aconteceria quando esse patrimônio é utilizado recorrentemente para pagar os salários dos trabalhadores? Resposta: ao cabo de certo tempo, todo esse patrimônio se constituirá de trabalho alheio não-pago. É o que mostra o autor de *O Capital* valendo-se de um exemplo. Imagina que a classe capitalista, depois de muitas gerações de trabalho, acumulou uma riqueza de 1.000 unidades de dinheiro e que, agora, pode dispor dela para contratar trabalhadores assalariados.

Em seguida, supõe que esse capital gera anualmente um mais-valor de 200 unidades de dinheiro, destinadas ao consumo dos capitalistas. Que acontece quando esse capital é recorrentemente empregado para assalariar trabalhadores? Simples! Se a cada ano é gerado um mais-valor de 200 unidades monetárias, ao cabo do quinto ano, o mais-valor total, produzido e consumido integralmente pela classe capitalista, será de 1000 unidades. E o que é mais importante: a classe capitalista ainda dispõe dessas 1000 unidades de capital para reiniciar, no ano seguinte, a contratação de novos trabalhadores.

Ora, se a partir do quinto ano todo o patrimônio da classe capitalista, que ela supostamente amealhou com o suor de seu próprio rosto, foi totalmente pago, como sustentar que tudo isso aconteceu sem ferir o princípio da equivalência? Com mais razão ainda se se considerar que a partir do sexto ano, a troca entre capital e trabalho converteu-se numa não-troca, uma vez que todo o patrimônio da classe capitalista é, agora, constituído integralmente de mais-valor, isto é, de trabalho não-pago, de mais-valor capitalizado.

Se a dialética interna do processo de acumulação transforma a troca entre capital e trabalho numa não-troca, isso não anula o princípio da equivalência que exige que todo ato de troca seja uma troca de valores iguais? Não! Que Marx explique então como se resolve essa aparente aporia. Concedendo-lhe a palavra, ele mostra que,

na medida em que cada transação isolada obedece continuamente à lei da troca de mercadorias, segundo a qual o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende – e, supomos aqui, por seu valor real –, é evidente que a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, fundada na produção e na circulação de mercadorias, transforma-se, obedecendo a sua dialética própria, interna e inevitável, em seu direto oposto. A troca de equivalentes, que aparecia como a operação original, torceu-se ao ponto de que agora a troca se efetiva apenas na aparência, pois, em primeiro lugar, a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente; em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador, não só tem de repô-la, como tem de fazê-lo com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência

pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. (MARX, 2013a, p.659).

Por isso, em consequência desse contínuo e ininterrupto processo de acumulação, acrescenta Marx, em seguida,

a propriedade aparece, [agora], do lado do capitalista, como direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos. (MARX, 2013a, p.659).

Cai assim por terra a ideia rasteira e, ao mesmo tempo tão cara à concepção liberal de mundo, de que a propriedade capitalista é fruto do trabalho pessoal. E tudo isso ocorre em consonância com a lei da troca de mercadorias, que somente exige a igualdade entre os valores permutados, quando cada ato de troca é visto fora de sua conexão com outros atos de troca. Quanto a isso, Marx não deixa nenhuma dúvida. Depois de expor a dialética interna da troca de mercadorias, ele demonstra que a contínua e ininterrupta compra e venda da força de trabalho não altera em nada a lei geral da produção de mercadorias. “A quantia de valor adiantada para pagar os salários dos trabalhadores, não ressurgem no produto pura e simplesmente, mas sim aumentada de um mais-valor”.

Esse mais-valor, diz Marx, em seguida,

não resulta de que se tenha ludibriado o vendedor, pois este recebeu efetivamente o valor de sua mercadoria, mas do consumo dessa mercadoria pelo comprador. A lei da troca só exige igualdade entre os valores de troca das mercadorias que são alienadas reciprocamente (...) A transformação original do dinheiro em capital consome-se, portanto, na mais rigorosa harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade delas derivado. Mas, apesar disso, ela tem por resultado: 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador; 2) que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui um mais-valor, o qual, embora tenha custado trabalho ao trabalhador e nada ao capitalista, torna-se propriedade legítima deste último; 3) que o trabalhador conservou consigo sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, sempre que encontrar um comprador. A reprodução simples não é mais do que repetição periódica dessa primeira operação; volta-se, sempre de novo, a transformar dinheiro em capital. A lei não é, pois, violada; ao contrário, ela apenas obtém a oportunidade de atuar duradouramente (MARX, 2013a, p.660).

E assim Marx desvenda o segredo da produção do mais-valor; este aparece não como produto de um roubo, mas como uma troca perfeitamente legal, no sentido do direito penal. A exploração não se confunde com o roubo, porque na produção de mercadorias confrontam-se, independentes um do outro, apenas o vendedor e o comprador.

Suas relações recíprocas chegam ao fim quando do vencimento do contrato concluído entre eles. Se o negócio se repete, é em consequência de um novo contrato, que não guarda nenhuma relação com o anterior e no qual somente o acaso reúne novamente o mesmo comprador e o mesmo vendedor (MARX, 2013a, p.662).

Por conseguinte, enquanto em cada ato de troca – tomado isoladamente – são conservadas as leis da troca,

o modo de apropriação pode sofrer um revolucionamento total sem que o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias se veja afetado de alguma forma. Esse mesmo direito segue em vigor tanto no início, quando o produto pertencia ao produtor, e este, trocando equivalente por equivalente, só podia enriquecer mediante seu próprio trabalho, como também no período capitalista, quando a riqueza social se torna, em proporção cada vez maior, a propriedade daqueles em condições de se apropriar sempre de novo do trabalho não pago de outrem (MARX, 2013a, p.662).

2. ENGELS, EDITOR DO SEGUNDO E TERCEIRO LIVROS DE O CAPITAL

2.1. OS MANUSCRITOS E O TRABALHO DE EDITORAÇÃO DE ENGELS

Marx anuncia no prefácio à primeira edição de *O Capital*, em julho de 1867, que

O segundo volume deste escrito tratará do processo de circulação do capital (Livro II) e das configurações do processo global (Livro III); o terceiro (Livro IV), da história da teoria. Todos os julgamentos fundados numa crítica científica serão bem-vindos. Diante dos preconceitos da assim chamada opinião pública, à qual nunca fiz concessões, tomo por divisa, como sempre, o lema do grande florentino: *Segui il tuo corso, e lascia dir le genti!*ⁱⁱⁱ (MARX, 2013a, p.81).

Não é difícil daí inferir que *O Capital* é uma obra que articula a inteligibilidade do sistema do modo de produção capitalista a partir de uma concepção de totalidade, como unidade do processo de produção e processo de circulação de mercadorias. Não é por menos a relutância de Marx de não publicar *O Capital* enquanto não os tivesse, diante seus olhos, os três livros (I, II, III) em sua versão completa. Numa carta dirigida a Engels, de 31 de julho de 1865, ele confessa que ainda restavam “três capítulos por escrever para terminar a parte teórica (os três primeiros livros)”. Em seguida acrescenta que “depois, virá um quarto livro, dedicado à história e às fontes; resolvidas nos três primeiros livros; este último será sobretudo uma repetição sob forma histórica”.

Nessa mesma carta, Marx justifica essa sua resistência. Considera tal dificuldade como sendo a maior vantagem de seus escritos, pois estes “constituem um todo artístico e não posso chegar a este resultado senão graças a meu sistema de não dar nunca à impressão enquanto não os tiver completos diante de mim (MARX, 2020, .p.186).

Mas esse não é o único cuidado alegado por Marx. Em abril de 1879, muito tempo depois daquela carta dirigida a Engels, ele escreve a Nikolai Frantsevich Danielson dando-lhe conta que não poderia publicar o segundo volume de *O Capital* enquanto continuar, na Alemanha, “o regime vigente (...) com seu rigor atual”. Marx refere-se aí às leis de exceção contra os social-democratas, promulgadas por Bismarck em outubro de 1878.

Mas essa não era a principal causa que o impedia de editar o segundo volume de *O Capital*. Dentre outras razões, ele alegava que não “publicaria o segundo volume antes que a atual crise industrial inglesa alcançasse seu ponto culminante” (MARX, 2020, p.331).

Marx morreu sem ver publicados os três volumes de *O Capital*. Seu esmero estético e sua preocupação com as condições históricas da época, além de sua precária condição de saúde e miséria financeira, impediram-no de concluir sua principal obra.

Coube a Engels o trabalho de publicação dos livros II e III de *O Capital*. Mas este encargo iria lhe custar mais de vinte anos de trabalho. Uma das possíveis razões desse desafio, Engels confessa, numa carta dirigida a August Bebel, datada de 30 de agosto 1883, que a partir de então se dedicaria a publicação do livro II. No entanto, espanta-se com o material que encontra. Uma verdadeira montanha de rascunhos, com centenas de citações empilhadas, à espera de um trabalho posterior. Naquela carta assevera que

tu [Bebel] me perguntas como foi possível que ele [Marx] me tenha ocultado, justamente de mim, o estado do material? Muito simples: se eu soubesse, tê-lo-ia assediado dia e noite até que a obra estivesse acabada e impressa. E [Marx] sabia disso melhor que ninguém; e sabia também que, na pior das eventualidades, que ocorreu agora, o manuscrito poderia ser editado por mim conforme o seu espírito – coisa, aliás, que já dissera a Tussy” (MARX, 2020, p.368-369).

O desconhecimento do espólio deixado por Marx iria demandar, da parte de Engels, um esforço excessivo; quase sobre-humano. E ele sabia disso. Mais do que ninguém, tinha consciência das dificuldades que iria encontrar em seu trabalho de editoração. No prefácio ao livro II, confessa que “Preparar para a impressão o segundo livro de *O Capital*, e de maneira que, de um lado, ele aparecesse numa forma coerente e o mais acabada possível e, de outro, como obra exclusiva do autor, e não do editor, não foi um trabalho fácil”. Ele explica as razões dessa dificuldade:

O grande número de versões existentes, a maioria delas fragmentária, dificultou a tarefa. Apenas uma dessas versões (o manuscrito IV[a]), quando muito, fora revisada e preparada para a impressão, mas a maior parte dela também se tornou obsoleta, devido a reelaborações posteriores. Parte do material, embora acabada quanto ao conteúdo, não o estava com relação à forma; fora redigida na linguagem em que Marx costumava elaborar suas anotações: num estilo descuidado, repleto de expressões coloquiais, frequentemente sarcásticas, além de termos técnicos ingleses e franceses e, muitas vezes, frases e até páginas inteiras em inglês; as ideias pousavam sobre o papel da forma como iam se desenvolvendo no cérebro do autor. Se boa parte do conteúdo fora exposta em detalhes, outra parte, de igual importância, estava apenas esboçada; os fatos que servem de ilustração ao material estavam reunidos, mas pouco ordenados, e muito menos elaborados; muitas vezes, no fim de um capítulo, na pressa do autor de passar ao capítulo seguinte, não havia mais do que algumas sentenças fragmentárias, a indicar o desenvolvimento ali deixado incompleto; por fim, havia a notória caligrafia, que às vezes nem o próprio autor lograva decifrar” (MARX, 2013b, .p.79).

Para a editoração do livro II, Engels utilizou os manuscritos enumerados de “I a IV pelo próprio Marx. Destes, o manuscrito I (150 páginas), presumivelmente escrito em 1865 ou 1867, é a primeira elaboração separada, porém mais ou menos fragmentária, do Livro II em sua composição atual. Também desse texto nada pôde ser utilizado. O manuscrito III é, em parte, uma compilação de citações e referências aos cadernos de excertos de Marx – a maioria deles referente à primeira seção do Livro II – e, em parte, elaborações de pontos específicos, sobretudo uma crítica das teses de Adam Smith sobre o capital fixo e o capital circulante e sobre a fonte do lucro; além disso, contém uma exposição da relação entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro, pertencente ao Livro III. As referências ofereciam poucos elementos novos, e muitas versões tanto para o Livro II como para o III, tornadas obsoletas por redações posteriores, foram descartadas em sua maior parte (MARX, 2013b, p.81).

De todo esse material, Engels esclarece que “o manuscrito IV é uma versão pronta para a impressão da seção I e dos primeiros capítulos da seção II do Livro II, e o utilizamos quando adequado. Embora soubéssemos que esse material fora redigido anteriormente ao manuscrito II, ele pôde – por sua forma mais acabada – ser utilizado com vantagens para a parte correspondente deste livro; foi preciso apenas complementá-lo com algumas passagens do manuscrito II. Este último data de 1870 e constitui a única elaboração de algum modo completa do Livro II. As anotações para a redação final, que mencionarei em seguida, dizem expressamente: “A segunda versão deve ser usada como base” (MARX, 2013b, p.81).

A luta de Marx para finalizar os escritos sobre os livros II e III é travada por seguidos períodos intercalados entre diversas moléstias que o acometiam e breves, muito breves períodos de recuperação e saúde. Em fins dos anos 1870, Marx, afirma Engels,

já parecia ter clareza de que, sem uma reviravolta completa em seu estado de saúde, jamais ele conseguiria produzir uma versão plenamente satisfatória dos Livros II e III. Com efeito, os manuscritos V a VIII frequentemente evidenciam as marcas de uma luta violenta contra as doenças que o mortificavam. O conteúdo mais difícil da seção I foi novamente desenvolvido no manuscrito V; o restante da seção I e a seção II inteira (com exceção do capítulo XVII) não apresentavam grandes dificuldades teóricas; em contrapartida, Marx considerava que a seção III, dedicada à reprodução e à circulação do capital social, carecia prioritariamente de uma reelaboração. De fato, no manuscrito II a reprodução fora estudada, num primeiro momento, sem levar em conta a circulação monetária que lhe serve de mediação e, em seguida, levando-a em consideração. Isso tinha de ser eliminado, e a seção inteira precisava ser reelaborada para ajustar-se ao campo de visão ampliado do autor. E assim surgiu o manuscrito VIII, um caderno de apenas setenta páginas in quarto; mas a quantidade de material que Marx foi capaz de comprimir em espaço tão exíguo fica demonstrado quando se compara esse manuscrito com a seção III, impressa, depois de eliminados os fragmentos inseridos do manuscrito II. (MARX, 2013b, p.82-83).

Eis aí o material do qual Engels lançou mão para publicar o Livro II. Para editoração do livro III, ele contou com a primeira versão manuscrita de *Contribuição à crítica da economia política*, dos fragmentos supramencionados do manuscrito III e de algumas curtas anotações ocasionais espalhadas por vários cadernos de excertos”. Além disso, usou os seguintes materiais: “o citado manuscrito in-fólio de 1864-1865, elaborado aproximadamente com o mesmo grau de acabamento que o manuscrito II do Livro II, e um caderno de 1875, “A relação entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro”, que aborda o assunto matematicamente (em equações). A elaboração desse livro para a impressão avança rapidamente. Na medida em que já posso emitir um juízo sobre esse trabalho, creio que, com exceção de algumas seções muito importantes, ele apresentará fundamentalmente dificuldades de caráter técnico (MARX, 2013b, p.83).

Em geral, o trabalho de editoração de Engels exigiu dele intervir na redação dos manuscritos naqueles pontos que lhe pareciam carente de elucidação. Somente nas páginas dos manuscritos onde não encontrava elemento correspondente, ele alterava e completava independentemente. Suas modificações, como assim revela a excelente pesquisa de Regina Roth,

compreendem padronização e ajuste de conceitos, notações, exemplos numéricos, várias transposições, a inclusão de notas de rodapé no texto principal, a adição de títulos, introduções e transições, além disso, formação e supressão de parágrafos, omissões, atualizações e dispensa de ênfases, demonstrações de contas, explicitação, complemento e tradução de citações, assim como modificações de estilo (MARX; ENGELS, 2003, pp.407-427).

Essas intervenções não só contribuíram para a suavização – estilística – do texto, mas também para a sistematização e estruturação, para a atenuação das contradições, para a ênfase e intensificação, bem como para a eliminação de diferenciações. Alguns exemplos especificamente sobre alterações que Engels não identificou explicitamente devem elucidar esses efeitos” (ROTH, 2015).

2.2. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS POR ENGELS AOS MANUSCRITOS DEIXADOS POR MARX

Dentre as modificações feitas por Engels cabe destacar (1) a substituição do conceito capacidade de trabalho por força de trabalho; (2) capitalistas funcionais por capitalistas ativos. Entretanto, complementa Roth, “há casos em que Engels mesmo introduziu um termo, se aqueles conceitos utilizados por Marx fossem ambíguos ou inconsistentes, por exemplo, o “capital de circulação” [Cirkulationskapital], que desempenha um papel importante no livro segundo, mas que não aparece em Marx” (ROTH, 2015).

Outra questão que mereceu de Engels grande atenção foi a problemática da relação entre valor e a relação de valor e mais-valor com lucro, taxa de lucro, lucro médio, bem como às categorias de preço, tais quais preço de custo, preço de produção e preço de mercado, tal como aparece no manuscrito principal de 1864-5. Marx se dedicou com bastante afinco ao estudo das relações entre tais categorias sem chegar a uma apresentação satisfatória, como assim revela a pesquisa da MEGA II, que consta como Introdução do livro II. De acordo com Roth,

Engels condensou essa multiplicidade de observações, desenvolvidas em mais de 200 páginas, no terceiro capítulo de sua edição, com cerca de 20 páginas. Ele reuniu os fatores, chamados fatores principais, e unificou os exemplos numéricos. Não menos importante, lidou muito cautelosamente com o conceito de “lei”, muito frequente nos manuscritos de Marx; falou apenas em sua passagem introdutória da abordagem de todos os casos “das quais leis sobre a taxa de lucro podem ser deduzidas” e eventualmente deixou ao leitor interpretação sobre aquilo que poderia ou deveria ser considerado “lei” (ROTH, 2015).

Outro exemplo de intervenção de Engels nos manuscritos de Marx, encontra-se no livro II. Engels, diz Roth,

eliminou os erros de conta nos esquemas de Marx sobre reprodução ampliada. Marx interrompeu sua argumentação depois de os resultados de seus exemplos numéricos não corresponderem a suas hipóteses. Com suas correções nas considerações de Marx, Engels conciliou suas hipóteses e exemplos e possibilitou, assim, que esses

esquemas fossem considerados evidências de crescimento equilibrado (ROTH, 2015).

Das alterações feitas por Engels, duas chamam muita atenção: a ideia de colapso e a que se refere a inexorabilidade da queda tendencial da taxa de lucro. Roth ressalta o peso que Engels atribui a uma teoria do “colapso” da produção capitalista, por meio da reformulação e posicionamento ao final de um subitem intermediário, como se esta afirmação estivesse originalmente em Marx”. Na discussão sobre a queda tendencial da taxa de lucro,

Marx registrou entre parênteses a reflexão de que, por meio dos processos de centralização, a produção capitalista chegaria ao “momento decisivo”, forças descentralizadoras não atuariam nela. Essa frase está no meio do terceiro capítulo, que Marx não subdividiu mais (...). Engels removeu os parênteses, transformou as ideias em conclusão do subitem por ele intitulado “I. Generalidades” e substituiu “momento decisivo” por “colapso”. Desse modo, Engels associou o conceito de “colapso” à produção capitalista, o que não se encontra em nenhum lugar, nessa forma, no manuscrito marxiano” (ROTH, 2015).

Por fim, cabe destacar efeito semelhante ligado à eliminação de diferenciações que aparece na terceira parte do livro terceiro, sobre a queda tendencial da taxa de lucro. “No Manuscrito de 1864-5, Marx fez considerações sobre a taxa de lucro que não apenas permanece constante, mas também pode crescer – embora apenas “considerada abstratamente” (MARX; ENGELS, 2012a, p. 319; 2004, p. 227). São indicações de que Marx ponderou e explorou diversas possibilidades, sem se decidir conclusivamente. Engels decidiu ser apropriada uma clarificação e inseriu a frase: “Entretanto, conforme vimos, na realidade, a taxa de lucro cai no longo prazo.” (ROTH, 2015).

Heinrich vai mais longe ainda, para concluir que a grande maioria das alterações feitas por Engels nos manuscritos do livro III “não são apenas de natureza formal ou estilística; elas enganam os leitores sobre a extensão real da reelaboração, oferecem soluções para problemas que o manuscrito deixou em aberto (sem esclarecimentos de que essas são soluções de Engels!) e, em algumas passagens que podem obstruir a interpretação de Engels, elas ainda alteram a argumentação do texto original. Portanto, a edição de Engels já não pode ser considerada como o Livro 3 de O capital de Marx; não é o texto de Marx “na completa genuinidade de sua própria exposição”, tal como Engels escreveu no Adendo (MARX, 1985, p.321), mas uma forte edição dessa exposição, uma espécie de manual com uma interpretação prévia do manuscrito de Marx” (HEINRICH, 2016,p.41)

3. ENGELS LEITOR DE MARX: UMA ANTI-LEITURA

3.1. O CAPITAL COMO TOTALIDADE DE MOMENTO DIFERENCIADOS

Independentemente das alterações feitas por Engels aos manuscritos deixados por Marx, não se pode negar que seu trabalho de editoração foi fundamental, para que, hoje, os leitores de *O Capital* pudessem ter uma ideia, *ainda que aproximada*, do projeto que seu autor tinha em mente: o capital e seus momentos diferenciados num todo organicamente articulado. Sem esse trabalho de editoração, *O Capital* estaria reduzido à teoria da produção. Ora, o livro I, que tem como objeto a produção, mostra apenas como é produzido o mais-valor. Metaforicamente, na leitura do livro I o leitor passa o tempo todo no local do processo de produção, onde aí são produzidas as mercadorias, todas saturadas de mais-valor.

Se a crítica da economia política efetuada por Marx finalizasse com o livro I, o leitor bem que se poderia questionar: o que importa abarrotar os locais de produção de mercadorias, se o que interessa ao capitalista é converter sua produção de valores em mais dinheiro do que gastou para produzi-las? Ora, as mercadorias são apenas suportes de mais-valor produzido pela classe operária. Sem vendê-las, o capitalista não teria como reembolsar o seu dinheiro de volta. Por isso, ele precisa levá-las aos pontos de venda; acompanhá-las desde o chão de fábrica até a Bolsa de valores.

O livro II ocupa-se exatamente desse processo de realização do mais-valor, ou da sua transformação em dinheiro. É aí que Marx expõe as determinações formais da realização do mais-valor criado pela produção, uma vez que o livro II apresenta a unidade entre a produção e a circulação, mas ainda no seu aspecto formal, ou seja, centrando nas mudanças das formas capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria. Nesse nível de apresentação, não se está ainda preocupado com a realização efetiva (lucro), mas apenas com a realização formal do mais-valor e não do lucro(efetivo).

Nesse sentido, a investigação empreendida por Marx no livro II não é ainda suficiente para mostrar como ocorre o processo de transformação do mais-valor em lucro; como também não o é para demonstrar como as diversas taxas de mais-valor são convertidas num lucro médio geral e como as frações do capital se apropriam desse lucro médio. Isso é matéria para o livro III. Somente aí Marx adentra na esfera mais efetiva da realidade e, assim, supera (dialeticamente) a formalização do livro II. É por isso que o crédito só aparece no livro III. Se não se tem em mente os diversos níveis de abstração realizado em *O capital*, e como eles se articulam numa totalidade, cai-se numa leitura fragmentada e mutilada da obra.

O livro III investiga como essas diferentes frações da classe exploradora, industriais, comerciantes, banqueiros etc. Partem entre elas o mais-valor total criado na produção. Independentemente do ramo em que esses diferentes extratos de classe atuam, todos deverão valorizar seus capitais de acordo com uma taxa média geral de lucro, que se impõe a todas as unidades de capital, independentemente de seu tamanho e de sua composição (relação entre o montante de capital constante e o de capital variável).

Por isso, os capitalistas das diferentes esferas da produção

não resgatam o mais-valor – nem, por conseguinte, o lucro – produzido em sua própria esfera durante a produção dessas mercadorias, mas apenas a quantidade de mais-valor – e, portanto, de lucro – que corresponde a cada alíquota do capital total por meio da distribuição uniforme do mais-valor total ou do lucro total produzido em dado intervalo de tempo pelo capital total da sociedade no conjunto de todas as esferas da produção. Cada capital investido, seja qual for sua composição, extrai de cada 100, num ano ou em outro intervalo de tempo, o lucro que nesse período corresponde a 100 como alíquota do capital total. No que diz respeito ao lucro, os diversos capitalistas se comportam aqui como meros acionistas de uma sociedade por ações, na qual os dividendos se repartem igualmente por 100, de modo que se distinguem entre si apenas pela grandeza do capital investido por cada um no empreendimento total, pelo número de ações que cada um possui (MARX, 2013c, p.193).

As coisas assim acontecem porque as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, mas, sim, por seus preços de produção. Estes são iguais a soma do preço de custo (soma dos gastos com capital constante mais capital variável) mais a taxa média de lucro. Assim, o preço de produção difere do valor, para mais ou para menos do valor produzido. No entanto, “considerando a totalidade dos ramos da produção –, a soma dos preços de produção das mercadorias produzidas equivale à soma de seus valores” (MARX, 2013c, p. 194).

Ao chegar a esse nível de exposição, o leitor pode, agora, compreender como Marx representa o processo de produção capitalista em sua unidade de processo de produção e de processo de circulação de capital, para então descobrir “as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo”. Nesse nível de apresentação, a preocupação de Marx é a de expor as configurações do capital, tais como elas se aproximam “passo a passo da forma em que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes de produção” (MARX, 2013c p.53).

Concisamente, para chegar até aí, Marx, primeiro, expõe, no livro I, as determinações do processo de produção, como totalidade composta de dois momentos diversos: aparência (circulação simples) e essência (onde se dá a produção do mais-valor). No livro II, ele se ocupa do *processo formal* por meio do

qual as compras e vendas das mercadorias realizam-se, isto é, são transformadas na forma de dinheiro. Nesse nível de apresentação, como visto há pouco, Marx não expõe ainda a realização efetiva (lucro), que é matéria do livro III, que tem como objeto de investigação as configurações do capital, tais como elas aparecem na superfície da sociedade do capital.

3.2. ENGELS E A INCONGRUÊNCIA ENTRE VALORES E PREÇOS: O FIM DA TEORIA DO VALOR

Até que ponto Engels, em sua leitura da obra de Marx, notadamente de *O Capital*, teve o devido cuidado, para apreender de modo adequado a exposição marxiana do movimento imanente do capital, exposição que determina que as categorias se desenvolvam em direção à posição hierárquica que ocupam no interior do movimento de valorização do capital – se se preferir, de acordo com o relacionamento que “têm umas com as outras na sociedade burguesa”?

Tudo indica que Engels, que modestamente se reivindica o segundo violino junto ao esforço teórico de Marx, destoou, em suas considerações posteriores sobre a obra, da orientação metodológica do próprio Marx em *O capital*, não teve esse cuidado, quando se viu instado a responder as críticas dirigidas aos livros II e III. Sua réplica aos críticos de Marx está longe de obedecer aos diversos níveis de abstração em que as categorias são expostas na obra. Como se mostrou antes, as categorias são partes de um todo, e por isso só podem ser devidamente compreendidas, quando se tem em conta o lugar que cada uma delas ocupa na ordem da apresentação dialética (ascendente-descendente) de um discurso dialético, como o é o de *O Capital*.

Indício dessa dissonância, podemos encontrar oferece quando Engels, em seu suplemento ao livro III de *O Capital*, publicado postumamente (1895-96), onde então rebate as críticas dirigidas a Marx, crítica que apontam para uma suposta contradição entre os livros I e III. O núcleo duro dessas críticas gira em torno da discrepância entre o valor e os preços pelos quais as mercadorias são realmente vendidas. Noutras palavras, o que aí está em jogo é o fato de que, no livro I, vige a lei do valor, que manda que as mercadorias devem ser trocadas segundo seus valores, isto é, proporcionalmente ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Ao contrário do livro I, no livro III, Marx passaria, segundo seus críticos, a defender uma nova teoria, na qual as mercadorias são vendidas por seus preços de produção, que não mais coincidem com seus valores.

É em torno dessa incongruência entre valores e preços que giram as críticas discutidas e apontadas por Engels em seu Suplemento. Dentre elas a que mais lhe chamou a atenção foi a do sr. Loria. Referindo-

se à problemática da transformação dos valores em preços de produção, esse autor assevera que de nada adianta Marx afirmar que,

apesar da divergência dos preços individuais em relação aos valores individuais, o preço total do conjunto das mercadorias coincide sempre com o valor total delas, quer dizer, com a quantidade de trabalho contida na totalidade das mercadorias. Pois, considerando-se que o valor nada mais é que a proporção em que uma mercadoria é trocada por outra, a mera ideia de um valor total é, por si só, um absurdo, um disparate, [...] uma *contradictio in adjecto*” (ENGELS, 2013, p.952).

Apesar do sr. Loria ver aí o que acredita ser uma contradição entre valor e preço de produção, o faz a partir da confusão que ele estabelece entre valor e valor de troca. Com efeito, chama de valor a “proporção em que uma mercadoria é trocada por outra”, quando, na verdade, tal proporção é, para Marx, valor de troca; forma de manifestação do valor. A incompreensão dessa mediação, dentre outras coisas, impediu o sr. Loria de compreender como Marx consegue articular valor, como fundamento, e o preço de produção, como expressão desse fundamento. O que aí está em jogo, portanto, não é, como acredita o sr. Loria, uma contradição em termos; mas, sim, uma contradição dialética que envolve níveis diferentes de abstração.

Apesar da confusão que aquele autor introduz entre valor e valor de troca, ele foi capaz de apontar o centro em torno do qual gira a problemática da transformação dos valores em preços de produção. Não entendeu, porém, que estes, os preços de produção, são a forma dentro da qual se desenvolve a contradição entre valor e preço; ou, se se preferir, a forma fenomênica por meio da qual se manifesta sua essência, os valores.

Em seu adendo ao livro III, Engels não parte da teoria de que o processo da transformação dos valores em preços de produção se resolve no desenvolvimento da dialética entre conteúdo e forma; isto é, entre valores e preços. Por isso, foi incapaz de responder apropriadamente as críticas dirigidas ao livro III, notadamente a do sr. Loria. Que fez Engels então? Seguiu a via argumentativa da reconstrução da teoria do valor, para demonstrar que essa teoria é um fato que pode ser confirmado historicamente e, assim, provar que as mercadorias se vendem por seus valores. Para tanto, viu-se obrigado a assumir a ideia de uma historicização anacrônica dessa teoria, que teria nascido há 6.000 a. C e vigorado até século XV. Nessa contra crítica, a teoria do valor se transforma numa teoria da economia pré-capitalista. Ora, basta seguir o Marx do livro I de *O Capital* para se dar conta de que esse autor situa a gênese do capitalismo nas cidades do mediterrâneas do século XVI: “embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI”. (MARX, 2013a, p.787). E completa: “nos lugares em que ela

surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu”. (MARX. 2013a, p.787). Frente a essas palavras de Marx, é fácil notar que Engels sepulta a teoria do valor no que seria o seu nascedouro. Marx demarca a gênese^{iv} do capitalismo no século XVI, relacionando-a a uma série de processos como a abolição da servidão, a expropriação das terras comunais e dos produtores rurais, a criação de um mercado mundial e, neste, o sistema colonial moderno e o tráfico de escravizados, está a se referir a gênese ao começo desse processo histórico e não ao ápice de seu desenvolvimento, não está se referindo ainda ao momento em que o valor e as principais categorias do capitalismo operam de forma determinantes.

Mas como Engels concebe a teoria do valor? Data-a em uma época que antecede milenarmente à sociedade capitalista, onde a troca de mercadorias se apresentaria numa forma supostamente pura, ainda não adulterada pela categoria preço. O desenvolvimento dessa sociedade milenar a teria conduzido em direção a uma forma de sociedade mercantil simples, na qual os produtores seriam donos dos seus próprios meios de produção. Recorrendo a ilustrações empíricas, Engels argumenta que nessa sociedade de produção simples de mercadorias, “o camponês (...) tinha plena ciência (...) do tempo de trabalho requerido para produzir os objetos que recebia na troca”. Não só o camponês, mas também, continua Engels, o “ferreiro e o segeiro da aldeia” tinham consciência do tempo de trabalho por eles despendidos na produção de suas mercadorias. Afinal, tanto o camponês como as pessoas de quem ele comprava eram trabalhadores, e os artigos que trocavam entre si eram os produtos do trabalho de cada um.

Que despenderam eles na produção desses produtos? Trabalho, apenas trabalho: para repor as ferramentas, produzir a matéria-prima e elaborá-la, não despenderam mais que sua própria força de trabalho; como lhes seria possível, então, trocar seus produtos pelos de outros produtores diretos, a não ser na proporção do trabalho neles empregado? O tempo de trabalho despendido nesses produtos não era apenas o único padrão de medida adequado para determinar quantitativamente as grandezas a serem trocadas; mais que isso, não havia outro além dele (ENGELS, 2013, p.958).

A troca era, pois, uma relação transparente, onde ninguém se valia de meios arbitrários para obter vantagens uns sobre os outros. Pois, “quem acreditaria”, imagina Engels, “que o camponês e o artesão fossem estúpidos ao ponto de trocar o produto de dez horas de trabalho de um deles pelo produto de uma única hora de trabalho do outro? Durante todo o período da economia natural camponesa, a única troca possível era aquela em que as quantidades trocadas de mercadorias tendiam a medir-se cada vez mais conforme as quantidades de trabalho nelas incorporadas (ENGELS, 2013, p.958-959).

Engels lê a seção I, do Livro I, de *O Capital*, z como se aí Marx tivesse como objeto uma sociedade pré-capitalista, na qual os produtores seriam donos dos seus meios de produção, e, por isso, imperaria a

lei do valor, isto é, a troca obedeceria ao tempo de trabalho que cada produtor despenderia na produção de suas mercadorias.

A determinação dos valores pelo tempo de trabalho, que vige essa suposta sociedade de produção simples de mercadorias, seria drasticamente alterado quando surge o dinheiro. A partir de então, diz Engels, “o dinheiro converteu-se, do ponto de vista prático, na medida fundamental do valor, e isso tanto mais quanto mais diversas se tornavam as mercadorias comercializadas, quanto mais longínquos eram os países de onde provinham e, portanto, quanto menos se podia controlar o tempo de trabalho necessário para sua produção”.

O aparecimento do dinheiro anula a lei do valor. Por isso, para Engels, a lei marxiana do valor teia validade geral, desde que as

leis econômicas valham para todo o período da produção simples de mercadorias, portanto, até o tempo em que esta experimenta uma modificação por meio da introdução da forma de produção capitalista (...). E agora admiremos a integridade do sr. Loria, que qualifica o valor, vigente de maneira geral e direta durante toda essa época, como um valor ao qual as mercadorias não se vendem nem poderão ser jamais vendidas e do qual nunca se poderá ocupar um economista que possua uma centelha de bom senso (ENGELS, 2013, p.961)

Bela resposta! Uma resposta que se vale de uma leitura que converte a mercadoria e o valor em categorias pré-capitalistas e o problema (teórico) da transformação dos valores em preços de produção em uma sucessão histórica.

Essa leitura puramente empírico-histórica de *O Capital* tem suas raízes na resenha que Engels faz ao texto de Marx de 1859. Nessa resenha, ele omite que, naquele texto, *A contribuição à crítica da economia política*, Marx deixa claro que a ordem de aparecimento histórico das categorias é diferente da função que elas ocupam no modo de produção capitalista. Sendo mais importante para a crítica do capitalismo a função social que determinada categoria cumpre no específico modo de produção.

Na verdade, não se trata de negligência por parte de Engels, mas sim, de uma interpretação errônea do texto, baseada numa concepção do que seria o método de Marx. Em sua resenha sobre *A Contribuição*, já aparece o germe da sua leitura equivocada da teoria do valor. Uma leitura que se assenta nos seguintes pressupostos: 1) filiação a uma filosofia da história hegeliana; 2) clivagem que faz do método de Marx em histórico e lógico; 3) generalização das “leis da história” que não encontra esteio em Marx.

Realmente, Engels afirma que

Hegel foi o primeiro a tentar destacar na história um processo de desenvolvimento, uma conexão interna; e, por mais estranhas que nos pareçam hoje muitas coisas de sua filosofia da história, a grandeza da

sua concepção fundamental continua sendo, entretanto, algo admirável, tanto se compararmos como os seus antecessores, quanto nos fixarmos naqueles que, depois dele, se permitiram fazer considerações generalizadas sobre a história [...] Essa concepção da história, que marcou uma época, foi a premissa teórica direta da nova concepção materialista, e isso também oferecia um ponto de união com o método lógico. (ENGELS, 2013, p.281).

Uma leitura atenta do texto de Engels revela que, segundo ele, Marx teria derivado a sua concepção materialista da história de Hegel, pois este foi o primeiro a destacar na história “um processo de desenvolvimento, uma conexão interna”. Qual seria essa conexão interna da História? Marx, em nossa opinião, não está interessado em elaborar uma filosofia da história. Mesmo quando faz algumas generalizações sobre o processo histórico no prefácio do *Para a crítica da economia política de 1859*, o faz com certo receio, salientando tratar-se de delineamentos gerais e sumários. Tampouco, se se pode falar de uma concepção de história em Marx, trata-se de uma filiação, mesmo crítica e expurgada do idealismo, a Hegel. Quando se fala de História, o que Marx elabora desde a Ideologia Alemã (em parceria com Engels) até *O capital*, está mais para uma negação da filosofia da história de Hegel. Talvez seja a concepção de história o maior ponto de discrepância entre os dois autores, pois é a História o terreno conceitual onde se explicita a diferença entre o idealismo de um e o materialismo do outro. Para Marx, por exemplo, só há sentido em falar numa história universal a partir do momento em que o capitalismo está generalizado. Mesmo assim, nos *Grundrisse* e em *O capital*, ele deixa claro que não há processo único e necessário, mais diversos caminhos possíveis. E em relação à sua concepção de lei, tratar-se-á sempre de tendências e de uma necessidade ligada à reprodução do modo de produção capitalista, e não de “leis gerais da história”.

Engels enfatiza, ainda, que há dois modos de se fazer a crítica à Economia Política; o histórico e o lógico; e que apenas o segundo, o lógico, é o adequado para a crítica.

Mesmo após o descobrimento do método, e de acordo com ele, podia se fazer a crítica da Economia Política de duas maneiras: a histórica e a lógica. Como na história e em seu reflexo na literatura, as coisas também se desenvolvem, grosso modo, do mais simples ao complexo, o desenvolvimento histórico sobre a literatura da Economia Política oferecia um elo natural de ligação com a crítica, pois, em termos gerais, as categorias econômicas apareciam aqui na mesma ordem que em seu desenvolvimento lógico. Essa forma apresenta, aparentemente, a vantagem de uma maior clareza, pois nela segue o desenvolvimento real das coisas; entretanto, na prática, no melhor dos casos, a única coisa que se conseguiria seria popularizá-la. A história se desenvolve, frequentemente, em saltos e ziguezagues, e assim ela deveria ser seguida em toda a sua trajetória, na qual não se recolheriam muitos materiais de pouca importância, mas também sua ligação lógica deveria ser, muitas vezes, rompida. Além disso, a

história da Economia Política não poderia ser escrita sem a história da sociedade burguesa, pois a tarefa seria interminável, pois faltam todos os estudos preliminares. Portanto, o único método indicado era o lógico. (ENGELS, 2013, p.282).

Essa parte do texto de Engels é bastante confusa. Apesar de ressaltar que a história se desenvolve frequentemente em saltos e ziguezagues e, nesse sentido, assumiria um “pressuposto geral da história” como não linear. Logo em seguida, esse autor se contradiz quando diz que “na história e em seu reflexo na literatura, as coisas também se desenvolvem, grosso modo, do mais simples ao complexo”. Desse modo, acaba por reproduzir uma concepção linear da história. Todavia, esse não é o maior problema! Aqui aparece o segundo pressuposto em que Engels assenta a sua leitura sobre o texto de 1859, mas que se estende até *O capital* e baliza o seu entendimento da teoria marxiana do valor. Trata-se de uma certa confusão sobre o método de Marx a partir da clivagem que faz entre método lógico e método histórico.

Com efeito, ao explicar o que seria o método lógico, ele entende que esse método “não é, na realidade, senão o método histórico despojado unicamente de sua forma histórica e das causalidades perturbadoras”. (ENGELS, 2013, p.282-283)

Lá, onde começa essa história, deve começar também o processo de reflexão; e o desenvolvimento posterior desse processo não será mais que a imagem refletida, de forma abstrata e teoricamente conseqüente, da trajetória, uma imagem refletida corrigida, porém corrigida de acordo com as leis da própria trajetória histórica; e, assim, cada fator pode ser estudado no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, em sua forma clássica. (ENGELS, 2013, p.283)

“Com este método, partimos sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente, de fato; portanto, aqui, da primeira relação econômica com a qual nos encontramos. Depois procedemos à sua análise”. (ENGELS, 2013, p.283)

“Vemos, portanto, com esse método, como o desenvolvimento lógico não se vê obrigado a se movimentar no reino puramente abstrato. Ao contrário, precisa apoiar-se em exemplos históricos, manter-se em constante contato com a realidade”. (ENGELS, 2013, p.285).

Este tipo de simplificação ou mixórdia conceitual que Engels chama de método lógico não encontra esteio em *O Capital*. Em Marx, não há uma separação rígida entre lógica e história ao ponto de se chamar dois métodos, lógico e histórico. Tampouco a história é reduzida à mera ilustração para se escarpá-la do idealismo. Também não se trata de uma crítica meramente terminológica a Engels, mas, sim, das implicações de sua leitura de Marx, que acabaram por reduzir *O Capital* num manual descritivo das diversas etapas da evolução histórica dos povos em direção à uma sociedade capitalista.

O *Anti-Dubring*, publicado pela primeira vez em [1878](#), e considerado por muitos como a contribuição mais importante de Engels para a [teoria marxista](#), é prova incontestável dessa vulgarização de *O Capital*, de Marx. Nesse texto, Engels assume a ideia de que tudo que existe no mundo é regido, necessariamente, pela lei da negação da negação, que ele a considera como “extraordinariamente geral, e, por isso mesmo, extraordinariamente eficaz e importante, que preside ao desenvolvimento da natureza, da história e do pensamento; uma lei que, como já vimos, se impõe no mundo animal e vegetal, na geologia, nas matemáticas, na história e na filosofia (ENGELS, 1979, p.120).

Engels se vale dessa generalidade da lei da negação da negação, para analisar a evolução da história humana. Os povos civilizados, diz ele, “têm em sua origem a propriedade coletiva do solo. E, em todos esses povos, ao penetrar numa determinada fase primitiva, o desenvolvimento da agricultura, a propriedade coletiva converte-se num entrave para a produção”. Chega-se, assim, a primeira negação, que é o “momento, em a propriedade coletiva se destrói, se nega, convertendo-se, após etapas intermediárias mais ou menos longas, em propriedade privada”. Surge, por conta dessa primeira negação da propriedade coletiva, a “propriedade privada do solo”. Esta, por sua vez, continua Engels, converte-se “num obstáculo para a produção, conforme hoje se observa no que se refere à grande e à pequena propriedade. Nestas circunstâncias, surge, por força da necessidade, a aspiração de negar também a propriedade privada e de convertê-la novamente em propriedade coletiva”. Eis aí a segunda negação. Esta não restaura “a primitiva propriedade comunal do solo, mas a implanta uma forma muito mais elevada e mais complexa de propriedade coletiva que, longe de criar uma barreira ao desenvolvimento da produção, deverá acentuá-lo, permitindo-lhe explorar integralmente as descobertas químicas e as invenções mecânicas mais modernas (ENGELS, 1979, p.118).

Tem-se aí a “aplicação” da dialética do desenvolvimento da contradição entre a evolução das forças produtivas e as relações sociais de produção, que Marx expôs de modo “esquemático” no prefácio de sua *Para a crítica da economia política*. Como o autor de *O Capital* ressalta posteriormente, tratar-se-ia de um resumo esquemático e que não poderia ser generalizado a todo processo histórico ou a diferentes modos de produção. Para evitar esse mal-entendido, ele teve o cuidado de refutar, em *O Capital*, numa nota de pé de página, número 33, no capítulo sobre “A mercadoria”, uma acusação que lhe fora feita “por um jornal teuto-americano, quando da publicação de meu escrito *Zur Kritik der politischen Ökonomie* [Contribuição à crítica da economia política] (1859). Segundo esse jornal, minha afirmação de que os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que “a estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência”, de que “o modo de

produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde dominam os interesses materiais, mas não seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas ou Roma, onde dominava a política. Para começar, é desconcertante que alguém possa pressupor que essas batidas fraseologias sobre a Idade Média e a Antiguidade possam ser desconhecidas de alguém. É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal. Além do mais, não é preciso grande conhecimento, por exemplo, da história da República romana para saber que sua história secreta se encontra na história da propriedade fundiária. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de imaginar que a Cavalaria Andante fosse igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade (N. E. A. MEGA).

Diferentemente de Marx, Engels não tem a mínima dúvida a respeito da inexorabilidade em que opera a lei da negação da negação. Afirma que a economia política “parte da crítica dos restos das formas feudais de produção e de troca, põe em relevo a necessidade de fazer desaparecer estes restos, substituindo-os por formas capitalistas, desenvolve as leis do regime capitalista de produção, com as suas formas correspondentes de troca no seu aspecto positivo, isto é, do ponto de vista em que contribuem para fomentar os fins gerais da sociedade e conclui com a crítica socialista do regime de produção do capitalismo, o que quer dizer com a exposição das leis que presidem o seu aspecto negativo, com a demonstração de que este regime de produção por força de seu próprio desenvolvimento, se aproxima de um ponto em que a sua existência se torna impossível”. Na medida em que se desenvolve o modo de produção de mercadorias, completa Engels, acaba por engendrar “uma situação de classe cada dia mais insuportável e mais aguda, um antagonismo sempre mais profundo entre alguns capitalistas, cada vez em menor número, porém cada vez mais ricos e uma massa de operários assalariados, cada vez mais numerosa e em geral, também mais desfavorecida e mal retribuída; e finalmente’, demonstra que a massa das forças produtivas que engendra o regime capitalista de produção e que este regime não consegue mais governar, está esperando tomar posse das próprias forças produtivas de uma sociedade organizada sob um regime de cooperação, baseada num plano harmônico destinado a garantir a todos os indivíduos da sociedade, em proporção cada vez maior, os meios necessários de vida e os recursos para o livre desenvolvimento de sua capacidade (ENGELS, 1979, p.130).

Essa visão lógica da história, que preside do começo ao fim o *Anti-Dubring*, Engels a investe na leitura que faz de *O Capital*. Todo o desenvolvimento da humanidade aparece como resultado de uma dialética mecânica e extremamente esquemática aplicada a uma sucessão histórica. Esse seria o método

lógico expurgado das contingências históricas e corrigidas pela própria trajetória das “leis da história”. Não há afastamento mais abissal do que Marx desenvolve em *O Capital*.

Partindo da ideia de que a Economia Política é uma ciência essencialmente histórica, Engels afirma que

Marx, demonstrou, com clareza meridiana (...) que, ao alcançar um certo grau de desenvolvimento, a produção de mercadorias se converte em produção capitalista, e que, chegado a este momento, a lei da apropriação, ou lei da propriedade privada, baseada na produção e na circulação de mercadorias, se converte, em virtude de sua própria dialética, interna e inevitável, no seu contrário. A troca de equivalentes, que era a operação primitiva, vai transformando-se até se converter numa troca apenas aparente, devido a duas razões: em primeiro lugar, porque a parte do capital que se troca pela força de trabalho não é, por si mesma, senão uma parte do produto do trabalho alheio apropriado, sem ter sido dado nada em troca; em segundo lugar, porque o produtor, o operário, não somente a repõe, mas se vê obrigado a repô-la acrescentando-lhe um novo excedente... À primeira vista, a propriedade aparecia como baseada no trabalho individual... Agora (ao finalizar o estudo de Marx), a propriedade se nos apresenta, no que se refere ao capitalista, como um direito de se apropriar do trabalho alheio não retribuído, e, no que diz respeito ao operário, como a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. Donde se conclui que o divórcio entre a propriedade e o trabalho se converteu numa consequência necessária de uma lei que parecia de "sua própria identidade" (ENGELS, 1979, p.140-141).

Diferentemente de Engels, não há em Marx uma cisão entre dialética e história. Tampouco uma redução do processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista às leis da dialética. Ao contrário do segundo violino, o autor de *O Capital*, por historizar de forma precisa as categorias do capitalismo e de outros modos de produção, consegue articular um discurso capaz de explicar as aparentes contradições da teoria do valor, a partir de uma noção complexa de totalidade e de momentos diferenciados de abstração, sem precisar datar e sepultar essa teoria a uma sociedade pré-capitalista. É nesse sentido que se tornam, no mínimo dissonantes, as notas do segundo violino!

Referencias:

ENGELS, Friedrich. Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital. Boitempo.2013

_____. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx, in Marx, Karl. Contribuição à crítica da economia política. – São Paulo: Expressão Popular. 2008.

_____. Anti-Dühring: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979
Heinrich, Michael. A edição de Engels do livro 3 de O Capital e o manuscrito original de Marx. São Paulo: Revista Crítica Marxista, 2016. número 43

MARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livros I, II, III. Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livros I. Editora Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro II. Editora Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livros III. Editora Boitempo, 2013c.

MARX, Karl. *Cartas sobre O Capital/Karl Marx e Friedrich Engels* – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ROTH, Regina. Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas *A publicação dos livros II e III d'O capital por Engels* - The Marx-Engels problem: why did Engels not falsify the Marxian The capital (2015).



TEIXEIRA, Francisco J.S.; ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de O CAPITAL DE MARX: NOTAS DISSONANTES DO SEGUNDO VIOLINO. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.20, n.1, 2023, eK23017, p. 01-28.

Recebido: 02/2022

Aprovado: 03/2023

ⁱ Importante ressaltar que mesmo o livro I não deixou seu autor completamente satisfeito. Ele acrescentou um apêndice, ainda em 1867, sobre a seção I, a pedido de Engels, com o objetivo de deixar a leitura mais clara para um público não acostumado com a dialética. Fez modificações substanciais para a segunda edição de 1872; reviu e modificou a tradução francesa que, após as modificações, atribuiu a esta edição uma autonomia que deveria ser lida como obra à parte. Noutras palavras, se mesmo o livro I, que teve um acabamento final de Marx para a impressão, sofreu diversas alterações, o que dirá dos livros II e III que foram editados por Engels e que, portanto, não contaram com o esmero crítico do seu autor.

ⁱⁱ O tempo verbal foi por nós alterado.

ⁱⁱⁱ Segue o teu curso e deixa a gentalha falar!

^{iv} Aqui se faz necessário um rápido esclarecimento sobre o conceito de gênese em Marx. Para o pensador alemão, estabelecer corretamente a gênese de uma categoria ou de um processo histórico é fundamental para demarcar a diferença específica de cada realidade concreta. Por isso que de forma recorrente em *O capital* ele se refere às gêneses das principais categorias, como capital comercial, capital portador de juros, renda fundiária, acumulação originária etc. Todavia, a gênese é apenas um momento da totalidade e que, portanto, não pode ser entendida de forma isolada, pois é insuficiente para explicar o todo. Por exemplo, quando Marx fala do capital comercial como forma antediluviana, e bem anterior ao capitalismo, o faz para mostrar que apesar do seu aparecimento histórico ser anterior ao capitalismo, nesse modo de produção, ele se torna subordinado ao capital produtivo (industrial), categoria essa original e determinante do modo de produção capitalista. Sem a precisão genética das categorias, não se pode compreender tal subordinação.